

J.P.Morgan

JPMorgan Chase Bank, National Association

C.N.P.J. nº 46.518.205/0001-64
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

	2010	2009		2010	2009
Ativo			Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante	175.495	19.413	Circulante	38.880	11.185
Disponibilidades	244	106	Outras obrigações	6.080	6.278
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	74.465	-	Fiscais e previdenciárias (notas 7 e 8)	4.914	4.937
Aplicações no mercado aberto	74.465	-	Diversas	1.166	1.341
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 5 e 6)	100.608	19.289	Instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	32.800	4.907
Carteira própria	67.639	15.513	Exigível a longo prazo	38.226	32.730
Instrumentos financeiros derivativos	32.969	3.776	Outras obrigações (notas 7 e 8)	32.742	30.492
Outros créditos (nota 7)	16	18	Fiscais e previdenciárias	32.742	30.492
Diversos	16	18	Instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	5.484	2.238
Outros bens e valores	162	-	Patrimônio líquido (nota 10)	250.885	241.272
Despesas antecipadas	162	-	Capital social	123.218	107.915
Realizável a longo prazo	116.738	235.396	De domiciliado no exterior	123.218	107.915
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	73.201	196.612	Reservas de capital	18.617	18.920
Aplicações em depósitos interfinanceiros	73.201	196.612	Reservas de lucros	109.050	114.437
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.573	2.201			
Instrumentos financeiros derivativos	5.573	2.201			
Outros créditos (nota 7)	37.964	36.583			
Diversos	37.964	36.583			
Permanente	35.758	30.378			
Investimentos	38	38			
Outros investimentos	5.478	38			
Provisão para perdas	(5.440)	-			
Imobilizado de uso	35.720	30.340			
Imóveis de uso	35.642	35.642			
Outras imobilizações de uso	26.818	19.451			
Depreciações acumuladas	(26.740)	(24.753)			
Total do ativo	327.991	285.187	Total do passivo e patrimônio líquido	327.991	285.187

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2008	<u>107.915</u>	-	<u>303</u>	<u>18.617</u>	<u>8.359</u>	<u>9.454</u>	<u>84.500</u>	<u>229.148</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.124	12.124
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	606	-	(606)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	-	96.018	(96.018)	-
Em 31 de dezembro de 2009	<u>107.915</u>	-	<u>303</u>	<u>18.617</u>	<u>8.965</u>	<u>105.472</u>	-	<u>241.272</u>
Aumento de capital	15.303	-	(303)	-	-	(15.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.613	9.613
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	481	-	(481)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	-	9.132	(9.132)	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>123.218</u>	-	-	<u>18.617</u>	<u>9.446</u>	<u>99.604</u>	-	<u>250.885</u>
Em 30 de junho de 2010	107.915	15.303	-	18.617	9.186	90.472	4.200	245.693
Aumento de capital	15.303	(15.303)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	5.192	5.192
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	260	-	(260)	-
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	-	9.132	(9.132)	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>123.218</u>	-	-	<u>18.617</u>	<u>9.446</u>	<u>99.604</u>	-	<u>250.885</u>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais, exceto onde indicado)

1. Contexto operacional - A Instituição atua como filial do JPMorgan Chase Bank (com sede em Nova Iorque, Estados Unidos da América), autorizada a operar com as carteiras comercial e câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Apresentação e elaboração das Informações Financeiras Trimestrais - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração categoria de "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais e das operações de "swap" e termo de commodities são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap" e termo de commodities estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receitas e despesas, no resultado do período. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens, sendo: 4% referentes a imóveis de uso e 10% a máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 3.566 do CMN tem periodicidade anual e ocorre no mês de agosto de cada exercício. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. **(f) Obrigações legais e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social** - A Provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727 de 2008. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, revertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2010, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(h) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As

aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 73.201 (2009 – R\$ 196.612) com vencimento em janeiro de 2014 (2009 – janeiro de 2014) e aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 74.465.

5. Títulos e valores mobiliários
(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2010	Valor de mercado 2009
Títulos para negociação				
Carteira própria – LFT	67.640	(1)	67.639	15.513
Total da carteira de TVM	67.640	(1)	67.639	15.513

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Total
Carteira própria – 2010	-	67.639	-	67.639
Carteira própria – 2009	10.830	28	4.655	15.513

6. Instrumentos financeiros derivativos - A instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo JPMorgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O "VaR - Value at Risk" e os cálculos de "stress" são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. A carteira de instrumentos financeiros derivativos da instituição está representada por operações de "swap" e termo de commodities negociados no mercado de balcão e registradas na CETIP. Os valores dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2010	Valor nominal 2009
Operações a termo	38.542	38.284	258.879	166.674
Commodities	38.542	38.269	258.703	166.674
Moedas	-	15	176	-

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2010	Valor de mercado 2009
Ativo	42.238	(3.696)	38.542	5.977
Operações a termo	42.238	(3.696)	38.542	5.977
Passivo	41.973	(3.689)	38.284	7.145
Operações a termo	41.973	(3.689)	38.284	7.145

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Total
Operações a termo 2010	66.923	161.010	30.946	258.879
Operações a termo 2009	28.714	63.099	74.861	166.674

(d) Valor nominal por local de negociação

	Balcão (Cetip)	Total 2010	Total 2009
Operações a termo	258.879	258.879	166.674

7. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos – diversos" estão representados por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 4.307 (2009 – R\$ 3.737), impostos e contribuições a recuperar no valor de R\$ 6.593 (2009 – R\$6.320), opções por incentivos fiscais, líquido da provisão para perda no valor de R\$ 5.383 (2009 – R\$ 5.383) e devedores por depósitos em garantia no valor de R\$ 21.697 (2009 – R\$ 21.161). "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a provisões para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 4.914 (2009 – R\$ 4.937) e provisões relacionadas com questionamentos judiciais no montante de R\$ 32.742 (2009 – R\$ 30.492). **8. Obrigações legais e passivos contingentes** - As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2010	2009	2010	2009
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	21.697	21.161	32.742	30.492
Total	21.697	21.161	32.742	30.492

A Diretoria
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas
JPMorgan Chase Bank, National Association
Examinamos as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião

sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro 2010 2009	
Receitas da intermediação financeira	<u>16.998</u>	<u>26.216</u>	<u>18.096</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.989	25.907	19.264
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9	309	(1.168)
Despesas da intermediação financeira	<u>(5.807)</u>	<u>(5.807)</u>	-
Operações de empréstimos e repasses	3.156	3.156	-
Resultado de operações de câmbio	(8.963)	(8.963)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>11.191</u>	<u>20.409</u>	<u>18.096</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(2.574)</u>	<u>(4.466)</u>	<u>(3.059)</u>
Outras despesas administrativas (Nota 12 c)	(1.407)	(2.729)	(3.078)
Despesas tributárias	(539)	(974)	(907)
Outras receitas operacionais (Nota 12 a)	559	1.046	2.234
Outras despesas operacionais (Nota 12 b)	(1.187)	(1.809)	(1.308)
Resultado operacional	<u>8.617</u>	<u>15.943</u>	<u>15.037</u>
Resultado não operacional (Nota 12 d)	<u>30</u>	<u>66</u>	<u>4.469</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>8.647</u>	<u>16.009</u>	<u>19.506</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	<u>(3.455)</u>	<u>(6.396)</u>	<u>(7.382)</u>
Provisão para imposto de renda	(2.428)	(4.346)	(4.771)
Provisão para contribuição social	(1.462)	(2.620)	(3.179)
Ativo fiscal diferido	435	570	568
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>5.192</u>	<u>9.613</u>	<u>12.124</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro 2010 2009	
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado	<u>6.213</u>	<u>11.600</u>	<u>9.979</u>
Lucro Líquido	5.192	9.613	12.124
Ajuste ao Lucro Líquido:	1.021	1.987	(2.145)
Depreciações e Amortizações	1.021	1.987	2.259
(Ganho) na alienação de Investimentos	-	-	(4.404)
Varição de Ativos e Obrigações	<u>74.444</u>	<u>70.370</u>	<u>(13.442)</u>
(Aumento) / Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.306	123.411	(17.706)
(Aumento) / Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	25.008	(53.552)	4.751
(Aumento) / Redução em Outros Créditos	54.450	(1.379)	(2.394)
(Aumento) / Redução em Outros Valores e Bens	116	(162)	-
(Aumento) / Redução em Outras Obrigações	(49.942)	9.126	10.634
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.494)	(7.074)	(8.727)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades operacionais	<u>80.657</u>	<u>81.970</u>	<u>(3.463)</u>
Atividades de Investimento			
Alienação de Investimentos	-	-	406
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.040)	(7.367)	(1.319)
Ganho na alienação de Investimentos	-	-	4.404
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades de investimento	<u>(6.040)</u>	<u>(7.367)</u>	<u>3.491</u>
Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>74</u>		